

Associação dos Docentes da UFF

ADUFF
SSind

Seção Sindical do Andes-SN
Filiado à CSP/Conlutas

Dez de 2019/Jan de 2020
Jornal da ADUFF

▶ Com MP 914,
governo que nomear
candidatos rejeitados
para Reitorias

▶ MP 914 visa
facilitar entrada do
Future-se e patrulha
ideológica sobre a
atividade acadêmica,
diz diretor da Aduff

▶ MEC quer mudar
formação de
professores e adaptar
currículo a interesses
privados, diz diretora
da Aduff

ADUFF REAFIRMA: DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, DOS DIREITOS E DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS SÃO PRIORIDADES

Arts sobre fotos de Luiz F. Nabuco (foto literária de 8/5/2019) e Cléver Félix (foto rio de 30/5/2019)



Mobilização em 2019 manteve a universidade pública viva

Em 2020, a UFF se encontra (de novo) nas ruas...

A luta precisa recomeçar: com mais força, mais gente e mais unidade

▼ PEC 'Emergencial' pode reduzir salários e asfixiar serviços públicos em dimensões inéditas

▼ Bolsonaro diz que "Livros é um montão amontoado de muita coisa escrita" e gera suspeita de defender interesse de setores editoriais

▼ Em meio aos ataques à Educação, ministro sai de férias duas vezes em menos de 8 meses no cargo

Editorial

Não há férias na luta quando os ataques não param

Últimos dias de 2019, ano em que sofremos fortes ataques e perdas mas também resistimos e impedimos o fim da universidade pública, e primeiros de 2020 mostram os desafios que teremos pela frente

Os últimos dias de 2019 e os primeiros de 2020 mostraram que, mais uma vez, não teremos um ano fácil. Em 24 de dezembro de 2019, o governo editou a Medida Provisória 914, em mais uma demonstração que, para o presidente e sua equipe, todo dia é dia de maldade e retirada de direitos. Em linhas gerais, a MP 914 torna ainda menos democrático o já problemático sistema de escolha de Reitores nas universidades – feito historicamente por lista triplíce, cujo fim foi reivindicado pelo Andes-SN em muitas greves.

Em 3 de janeiro de 2020, o Ministério da Educação abriu uma nova consulta pública sobre o Future-se, que, em sua última versão, aparece de forma mais perversa. Ao mesmo tempo que, como antes, não trata (intencionalmente) de diversos pontos e se baseia em

uma lógica privatista e produtivista de educação, agora chantageia de forma aberta as instituições de ensino superior ao estabelecer que as bolsas da Capes serão concedidas prioritariamente para aquelas que aderirem ao programa.

Ano passado, sofremos derrotas importantes, a exemplo da reforma da Previdência, dos cortes nas bolsas de mestrado e doutorado, entre outras. Ao mesmo tempo, como esperamos demonstrar com a cronologia de ataques e lutas, que trazemos nas páginas 5, 6 e 7 desta edição, se não fosse nossa (insuficiente, sem dúvida alguma) capacidade de organização e resistência, as instituições de ensino superior federais não teriam chegado abertas ao fim do ano.

Em fevereiro, começarão as votações da chamada PEC Emergencial, que,

caso aprovada, proporcionará a curtíssimo prazo aquilo que a Emenda Constitucional 55 demoraria um pouco mais para fazer: a destruição do serviço e dos servidores públicos. O término da consulta pública sobre o Future-se, no fim de janeiro, sinaliza que o governo quer aproveitar os primeiros meses de 2020 para dar conta de alguns de seus compromissos com o capital privado, que haviam ficado pendentes.

Desde o golpe, quando os ataques à classe trabalhadora, que já existiam, se intensificaram, o Andes-SN tem feito um enorme esforço para construir ações unitárias. Tal construção é uma tarefa difícil, posto que, por vezes, o lema “ninguém solta a mão de ninguém” revela-se apenas uma frase de efeito. Ainda assim, a unidade deve seguir sendo prioridade. Ao mesmo tempo, é tarefa

urgente reforçar os espaços de unidade de ação, como o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes, por Direitos e Liberdades Democráticas. Não podemos, porém, ser ingênuos: lamentavelmente alguns setores não se movimentaram o quanto poderiam em 2019 e dificilmente o farão em 2020.

O momento é gravíssimo. Estão em jogo distintos projetos de universidade, educação, serviços públicos e de país. As lutas se intensificarão antes do retorno às aulas para grande parte de nossa categoria. Precisaremos ser capazes de transpor todas estas dificuldades. Se o governo não nos dá férias, o movimento docente, em unidade com estudantes, técnicos, movimentos populares e sindicais, não pode dar descanso a Bolsonaro, Guedes, Weintraub e todos aqueles que queiram retirar nossos direitos.

Em defesa da UFF e da educação pública

Ao longo de 2019, a Aduff organizou e participou, junto com os segmentos e entidades dos estudantes e dos técnicos, de uma série de iniciativas em defesa da universidade e da educação pública. Em maio, lançou a campanha Eu Defendo a UFF, que divulga projetos de extensão e idas às praças para compartilhá-los com a população. Em novembro, iniciou uma sequência de quase 50 vídeos que abordam o que se faz na UFF, na campanha "#averdadesobreaUFF".



Mudanças que MEC quer impor na formação de professores são associadas a interesses privados

Setores da comunidade científica reagiram às mudanças propostas pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que definem novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial da Educação Básica e instituem a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BNC – Formação).

A proposta altera a Resolução CNE/CP nº 2 (de 1º de julho de 2015), que legisla sobre a formação de professores. Em documento de 18 de dezembro, 25 faculdades, centros e departamentos de Educação das universidades públicas localizadas no estado do Rio de Ja-

neiro se posicionaram contrariamente ao Projeto de Resolução aprovado em novembro de 2019 pelo Conselho Pleno.

Para a professora Adriana Penna, que integra a direção da Aduff, embora a Resolução CNE/CP Nº 02 tenha limites a serem superados "não há justificativa razoável para a aprovação em sessão extraordinária" do parecer que define a nova resolução, sem quaisquer consultas as comunidades acadêmicas. A reformulação da resolução apresentada, afirma, sob uma falsa retórica da qualidade e valorização, buscar aprofundar a adequação da formação de professores "às competências exigidas pelo mercado".

MP 914 ataca democracia e pode estar ligada ao Future-se, diz diretor da Aduff

Medida Provisória assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, na véspera do Natal, impõe regras para eleição de reitores nas instituições federais de ensino que, na prática, dão ao governo poder para decidir sobre as nomeações, sem considerar os resultados das consultas às comunidades acadêmicas. A MP foi assinada dez dias antes da reabertura de consulta pública sobre nova versão do programa Future-se, apontado como uma tentativa de privatização das universidades.

É o que afirmam dirigentes de entidades sindicais do setor, que veem na medida uma tentativa de pavimentar o caminho para impor projetos como o Future-se e para maior controle ideológico sobre as comunidades acadêmicas. "A medida tem essa tentativa de impor o Future-se através da nomeação do reitor pelos interesses políticos do [presidente] Bolsonaro. E foi dado o poder dos reitores nomearem os diretores das unidades. É uma maneira também de concentrar um poder sem medida nas mãos dos rei-

tores e dessa forma conseguir a aprovação do programa Future-se", afirma o professor Carlos Augusto Aguiar, vice-presidente da Aduff.

Outro aspecto da medida ressaltado por ele envolve o ataque ideológico às instituições de ensino. "Fica muito mais fácil realizar um controle das atividades acadêmicas", observa Carlos. A luta pela rejeição integral da MP 914 deve ser ponto de pauta do Congresso do Andes-SN, que acontecerá do dia 4 a 8 de fevereiro, na USP, em São Paulo.

Com ameaças de repressão e AI-5, governo admitiu temer mobilizações

Deter projetos que ameaçam a própria existência de serviços públicos, atacam as universidades e reduzem salários é desafio para 2020

Hélcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

Multidões tomavam as ruas de Santiago, capital do Chile, em protesto contra as políticas neoliberais, quando o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), um dos filhos do presidente, disse que se a "esquerda radicalizar" no Brasil uma das respostas do governo poderia ser um novo AI-5. A referência ao ato institucional de 1968, que banuiu as liberdades individuais, impôs a censura e iniciou o período mais sangrento da ditadura coincidiu com violenta repressão às mobilizações no Chile. Pouco depois, foram na mesma toada o ministro Paulo Guedes (Economia) e o próprio presidente Jair Bolsonaro.

Desmonte

Parece evidente que as referências autoritárias e preventivas a possíveis protestos no Brasil não vieram ao acaso. Ocorreram em meio

a rebeliões populares contra os "ajustes" capitalistas em países da América Latina e entre a aprovação da "reforma" da Previdência e a apresentação de novos projetos e "reformas".

Essas novas propostas eliminam mais direitos trabalhistas, instituem o congelamento e a redução de salários de servidores, asfixiam mais os serviços públicos prestados à população e atacam a autonomia universitária. "Esse conjunto de reformas tem como objetivo o desmonte do Estado, a desorganização administrativa, a própria fragilização do serviço público, a quebra de isonomia, priorização de dívida pública e despesas financeiras, aprofundamento na rigidez do gasto público e a cooptação dos entes subnacionais em troca de migalhas", afirmou o diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) Antonio Augusto de Queiroz, durante um debate em Brasília. "É uma



Manifestação no Chile, em dezembro de 2019, na explosão social contra o modelo defendido por Guedes e Bolsonaro

tragédia anunciada", disse, sobre o conjunto de propostas do governo para as áreas sociais e trabalhistas. É provável que o receio de que as mobilizações também tomem as ruas no Brasil, combinado com a construção, ainda que incipiente, da resistência a tais me-

didadas pelos sindicatos, tenha contribuído para que a votação dos projetos e a própria "reforma administrativa" fiquem para 2020. Com isso, o primeiro semestre poderá ser decisivo para a vida dos servidores e o futuro dos serviços públicos no país. As ameaças

de uso da força para deter uma possível reação expõem mais que o perfil autoritário do governo: mostram que eles têm noção da impopularidade das medidas, dos impactos delas decorrentes e sabem que hoje só as mobilizações organizadas e nas ruas poderão detê-las.

Propostas do governo que ameaçam serviços públicos e direitos

PEC 186

- ▶ Torna permanente o ajuste do teto gasto (Emenda 95) e estende a sua aplicação a estados e municípios;
- ▶ Vincula a aplicação do teto de gasto à chamada regra de ouro - mecanismo que privilegia o pagamento de juros das dívidas públicas e impede que o estado se endivida a um percentual superior ao que ele faz de investimento;
- ▶ Veda que qualquer lei ou ato governamental conceda ou autorize pagamento com efeito retroativo de despesa com pessoal;
- ▶ Caso seja rompida a "regra de ouro", ficará suspenso até mesmo o reajuste do teto de gastos pela variação do IPCA.
- ▶ Determina, de modo automático, a suspensão de aumento de despesa com pessoal e também o corte de alguns direitos dos servidores sempre que for descumprida a "regra de ouro". Ficam vedados a criação de cargo, emprego ou função e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; contratação de pessoal; concurso público; de progressão e da promoção funcional na carreira;

- ▶ Ficam os poderes e órgãos da União autorizados, por atos normativos, a promover redução temporária em até 25% na jornada e nos salários dos servidores em caso de: 1) descumprimento dos limites de gasto com pessoal, fixado em lei complementar; e 2) descumprimento do teto de gasto.

PEC 187

Trata dos fundos infraconstitucionais, uma espécie de DRU (Desvinculação das Receitas da União) permanente. Desvincula esses fundos das áreas sociais, hoje em torno de R\$ 219 bilhões, e redireciona para amortização da dívida pública.

PEC 188

- ▶ cria um conselho fiscal da República e atribui ao Tribunal de Contas estabelecer uma espécie de código contábil unificado nacionalmente, em que os entes subnacionais teriam que seguir na aferição do gasto público;
- ▶ Transferência de receita aos entes federativos condicionada à privatização, à redução de benefícios dos servidores e à chamada "3D": desindexação, desobrigação e desvinculação;
- ▶ Extinção de município que tenha menos de 5.000

habitantes e com receita inferior a 10% do seu gasto;

- ▶ Decisões judiciais que impliquem despesas com pessoal somente serão cumpridas quando houver a respectiva e suficiente dotação orçamentária.

MP 905 (Carteira Verde e Amarela)

- ▶ Prevê a contratação de pessoas de 18 a 29 anos, com remuneração de, no máximo, um salário-mínimo e meio, pelo prazo de dois anos. Empregadores que aderirem não pagam a contribuição patronal de 20% para a Previdência. A alíquota do FGTS passa de 8% para 2% e a multa por demissão cai de 20% para 40%. Cria a alíquota de contribuição previdenciária sobre o seguro-desemprego de 7,5% a 8,14%.

"Reforma" administrativa

O governo não enviou a proposta este ano ao Congresso, como havia anunciado. Porém, várias medidas estão diluídas nas que tramitam no Legislativo. O Ministério da Economia agora diz que a enviará ano que vem ao Congresso. Tendem a ser pontos centrais o fim da estabilidade dos servidores, alongamento das carreiras e redução dos salários de ingresso.

Aduff divulga balancetes de abril e maio de 2019

A diretoria da Aduff-SSind divulga, nesta edição, os balancetes referentes aos meses de abril e maio de 2019, como parte da política de transparência na gestão da entidade.

Balancete de abril de 2019	
Contribuição de Associados	362.810,37
Receita Operacional	362.810,37
Receita financeira	32,58
Resgate/aplicação	446.028,98
Saldo bancário anterior	47.732,73
Devoluções	690,00
Saldo caixinha anterior	232,94
RECEITAS	857.527,60
Ordenados	49.951,25
13º Salário	
INSS	31.615,55
FGTS	6.644,44
Vale-Transporte	3.391,80
Férias	7.527,30
Assistência médica	7.578,48
Contribuição sindical	58,14
Vale-Cultura	667,55
Despesas com Pessoal	155.715,77
Despesas tributárias (IRF, PIS etc.)	8.157,90
Despesas bancárias	805,89
Honorários advogado	15.100,00
Honorários contador	1.017,96
Outros prestadores de serviços por PF	1.696,00
Despesas com veículo	300,00
Despesas de cartório	0,00
Material de escritório	0,00
Telefone, água, luz, internet	4.709,41
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc.)	32.375,56
Correios	376,45
Material de consumo copa/cozinha	515,36
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc.)	7.447,63
III ENE	11.848,94
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	508,04
Participação da Aduff em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens etc.)	24.998,46
AG Descentralizada	2.855,00
Jurídico no Interior	685,75
Outras Despesas	113.398,35
Andes-SN	71.894,60
Fundo Único Andes-SN	5.751,57
Doações a entidades e movimentos sociais	6.245,00
CSP-Conlutas	14.091,34
Repasse a Entidades	97.982,51
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	318.815,37
Disponibilidades	
Saldo de caixa-pequeno	117,37
Saldo em conta corrente de movimento	538.594,86
Saldo aplicado	80.464,49
Saldo em conta corrente conta Greve	0,00
Saldo aplicado	608.296,76
Saldo em conta corrente conta FGTS /Obra	0,00
Saldo aplicado	219.402,24

Balancete de maio de 2019	
Contribuição de Associados	77.146,38
Receita Operacional	77.146,38
Receita financeira	70,80
Resgate/aplicação	-346.000,00
Saldo bancário anterior	538.594,86
Devoluções	
Reembolso EBTT	
Saldo caixinha anterior	117,37
RECEITAS	269.929,41
Ordenados	72.769,71
13º Salário	
INSS	30.406,16
FGTS	6.476,25
Vale-transporte	2.393,40
Férias	
Assistência médica	9.745,88
Contribuição sindical	192,06
Vale-Cultura	667,55
Despesas com Pessoal	122.651,01
Despesas tributárias (IRF, PIS etc.)	8.954,45
Despesas bancárias	805,89
Honorários advogado	12.500,00
Honorários contador	1.497,00
Outros prestadores de serviços por PF	4.282,00
Despesas com veículo	2.057,90
Despesas de cartório	
Material de escritório	764,40
Telefone, água, luz, internet	4.384,75
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc.)	26.694,86
Correios	
Material de consumo copa/cozinha	402,82
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc.)	7.053,21
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	611,41
Participação da Aduff em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens etc.)	10.870,76
Outras Despesas	108.025,62
Andes-SN	0,00
Fundo Único Andes-SN	0,00
Doações a entidades e movimentos sociais	9.409,19
CSP-Conlutas	0,00
Repasse a entidades	9.409,19
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	212.939,65
Disponibilidades	
Saldo de caixa-pequeno	1.667,37
Saldo em conta corrente de movimento	55.322,39
Saldo aplicado	428.373,89
Saldo em conta corrente conta Greve	0,00
Saldo aplicado	648.925,24
Saldo em conta corrente conta FGTS /Obra	0,00
Saldo aplicado	220.865,34

Sob ataque, Educação Pública resiste

Marcado por sequência inédita de ataques aos direitos sociais e previdenciários, 2019 termina com mais investidas de Bolsonaro contra a Educação (MP 914), setor que liderou o enfrentamento às políticas de retrocessos do governo. Manter a universidade pública e gratuita, deter a retirada de direitos dos trabalhadores e defender as liberdades democráticas são desafios para 2020

Hélcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

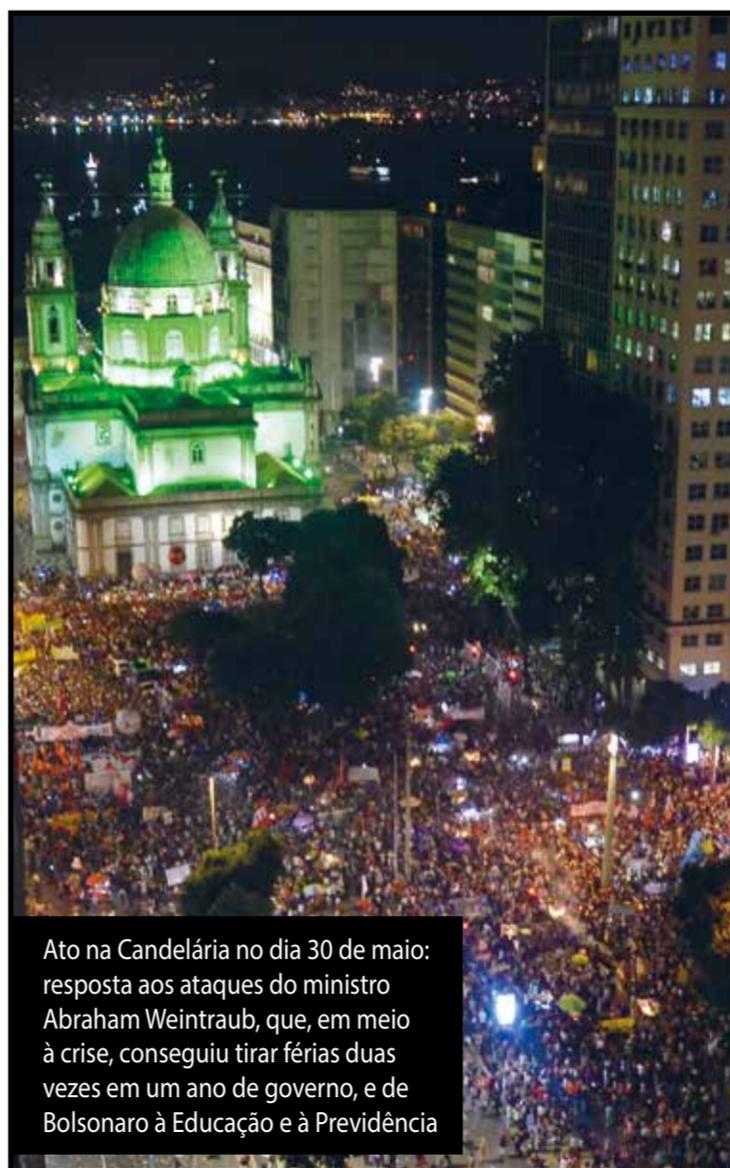
O ano que começou com ataques do governo à Previdência Social, à Educação Pública e ao direito de organização sindical terminou com mais investidas contra as universidades públicas federais - assinada no Natal e a dez dias da publicação de novo edital sobre os termos do programa Future-se, a MP 914 agride a autonomia e a democracia universitárias na escolha de reitores e diretores de unidades.

Entre o começo e o fim do ano, porém, houve momentos de forte resistência, grandes mobilizações e enfrentamentos, com evidente protagonismo dos segmentos que compõem a educação. Maio de 2019 entra para a história como o das maiores manifestações de rua em defesa da educação pública já realizadas no país.

Com notícias falsas para sustentar as acusações da "balbúrdia" que, na visão do ministro do presidente Jair Bolsonaro, reinava nos *campi* das instituições federais de ensino, Abraham Weintraub tentou vender a ideia de que os cortes orçamentários no setor eram justificáveis.

Gerou confusão, convenceu parcela da população mais favorável ao governo, mas provocou também uma revolta que explodiu nas ruas em atos que reuniram milhões: estudantes, docentes, técnicos-administrativos, pais e responsáveis, ex-alunos e gente de variadas categorias profissionais foram às ruas defender a educação pública e também o direito à Previdência Social.

A emenda constitucional que promove a maior retirada de direitos previdenciários já vista no Brasil foi aprovada. Porém é razoável supor que poderia ser ainda pior, com



Ato na Candelária no dia 30 de maio: resposta aos ataques do ministro Abraham Weintraub, que, em meio à crise, conseguiu tirar férias duas vezes em um ano de governo, e de Bolsonaro à Educação e à Previdência

capitalização e tudo, não fosse a reação das ruas ao governo antes mesmo deste completar seis meses.

Os cortes no orçamento das universidades, parcialmente revertidos já próximo ao final do ano e com estragos feitos, o ataque às liberdades democráticas, a tentativa de imposição da censura e a ameaça de privatização via projetos como o Future-se resumem o ano para a UFF e para as demais instituições.

A reação não foi capaz de

eliminar as ameaças e deter os ataques. No entanto, a rejeição uníssona ao Future-se nos *campi*, as mobilizações contra a censura e a resistência nas ruas mantiveram as universidades federais vivas.

Outros países

Na América Latina, as explosões sociais e as rebeliões populares contestaram a desigualdade e governos conservadores de direita, na tonalidade política, e neoliberais na economia. O Chile, mode-

lo do ministro Paulo Guedes (Economia) para a Previdência e para o sistema educacional no Brasil, é a maior expressão disso. Do outro lado do Atlântico, também houve reação - com o ano terminando na França com os transportes públicos parados contra o avanço do governo sobre os direitos previdenciários.

Desafios para 2020

Os ventos dessas mobilizações assinalam que a política capitalista de eliminação de direitos trabalhistas e conquistas sociais, mesmo que à base de violentas e sangrentas repressões às liberdades democráticas, está sendo aplicada, em maior ou menor grau, no Brasil e em praticamente todo o mundo.

O ano de 2020 já começa sob novas ameaças: a nova roupagem do Future-se, a unilateral reformulação curricular da formação de professores, e a MP 914 para as reitorias, no campo educacional; a ameaça de redução salarial e atrofia em termos jamais vistos dos serviços públicos, na esfera nacional; e a agressão militar do governo dos Estados Unidos aos povos do Oriente Médio, no cenário internacional. Como em 2019, a classe trabalhadora, assim com a Universidade, terão que enfrentá-los para não sucumbir aos interesses do mercado e do ultraconservadorismo.

(Nas páginas 6 e 7, infográfico com as principais atividades sindicais e de mobilização da UFF em 2019)

4 momentos que marcaram a UFF em 2019



Aduff com o reitor

MARÇO

Assessoria Militar

Aduff leva ao reitor a preocupação e a rejeição da comunidade acadêmica à portaria que institui uma assessoria militar na Reitoria. A portaria acabou sendo revogada poucos dias depois.



Defesa da UFF em Campos

MAIO

Educação nas ruas

A comunidade acadêmica reage aos cortes no orçamento e às falsas acusações com atos em defesa da UFF de proporções inéditas. A luta ganha dimensão nacional dias 15 e 30. A Aduff participa e organiza "universidades na praça", em meio à campanha contra a MP 873 e o corte ilegal da arrecadação. Barrada na Justiça, a MP caducou.



Aduff no CUV

AGOSTO

Rejeição ao Future-se

A assembleia comunitária, que reuniu estudantes, técnicos e docentes de vários *campi* no Gragoatá (Niterói) aprova a rejeição ao Future-se, posição ratificada de forma unânime pelo Conselho Universitário (CUV).



Ato #MoroMente

SETEMBRO

Censura, Não!

O MEC e a Reitoria tentam impedir o ato #MoroMente na Faculdade de Direito, em Niterói. Decisão da Justiça assegurou a manifestação. Ao longo do ano, a Aduff organizou e participou de atividades contra a censura e em memória dos que lutaram contra a ditadura.

2019: UFF RESISTE À AGENDA DE RETROCESSOS

JANEIRO

1º de Janeiro

O presidente Jair Bolsonaro toma posse reafirmando as ameaças à militância de esquerda, aos direitos trabalhistas e sociais e aos serviços públicos.

17 de Janeiro

Primeira assembleia docente do ano debate o 38º Congresso do Andes-SN. Ao longo de 2019, foram seis assembleias centralizadas e seis descentralizadas, com etapas em cada cidade que possui *campus* da UFF.

28 de Janeiro

A delegação da Aduff participa do 38º Congresso do Andes-SN, em Belém (PA), iniciado com denúncias das mais de 300 mortes da Vale em Brumadinho (MG). É definido plano de lutas para enfrentar Bolsonaro e aprovada a paridade de gênero na direção.

8 de Fevereiro

A assessoria jurídica da Aduff obtém liminar para manter o pagamento dos adicionais ocupacionais (insalubridade, periculosidade etc.).

15 de Fevereiro

Aduff expõe ao reitor Antônio Cláudio a contrariedade com a portaria que cria assessoria militar para a Reitoria. No dia 18, ele atende à comunidade acadêmica e revoga a portaria.

17 de Fevereiro

Cerca de 350 servidores de dezenas de entidades, como o Andes-SN e a CSP-Conlutas, defendem em Brasília, em evento do Fonasefe, unidade contra projetos de Bolsonaro.

19 de Fevereiro

Aduff participa do lançamento do “Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas” em São Paulo, uma iniciativa do Andes-SN e outras entidades.

20 de Fevereiro

Atos no Rio, com participação da Aduff, e em dezenas de cidades rejeitam a “reforma” da Previdência que Bolsonaro levou naquele dia ao Congresso: “a pior da história”.

1º de Março

Em pleno Carnaval, Aduff denuncia que Bolsonaro assinou a MP 873, que inviabiliza a contribuição dos associados aos sindicatos. Aduff obtém liminar contra MP 15 dias depois.

8 de Março

Ato do Dia Internacional das Mulheres vai da Candelária à Cinelândia. A Aduff e docentes da UFF participam.

14 de Março

“Não podemos naturalizar a barbárie”, diz a Aduff, que participou do “Amanhecer por Marielle e Anderson”, em Niterói, e dos atos no Rio, na Cinelândia, um ano após assassinatos.

22 de Março

UFF para por 24h contra a PEC da Previdência no primeiro dia de grandes manifestações que ocorreram em pelo menos 120 cidades, contra o projeto de Bolsonaro.

23 e 24 de Março

Encontro estadual, no *campus* da Praia Vermelha da UFRJ, debate no Rio defesa da educação pública e prepara participação no III ENE (Encontro Nacional da Educação).

31 de Março

Ato na Cinelândia diz ‘não’ à ditadura e às declarações de Bolsonaro a favor do Golpe de 1964.

12 a 14 de Abril

Aduff participa do III Encontro Nacional da Educação em Brasília, que teve como tema “Por um Projeto Classista e Democrático de Educação”.

25 de Abril

Nos 50 anos da lista de cassação de seis docentes da UFF em decorrência do AI-5, a Aduff faz homenagem aos cassados na Faculdade de Direito, em Niterói.

1º de Maio

Aduff participa do tradicional ato de 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, na Praça Mauá, marcado pela rejeição à “reforma” da Previdência.

2 de Maio

UFF em Campos mobiliza-se, em peso, para impedir que os três contêineres que integram a estrutura do *campus* fossem retirados. Aduff participou da mobilização.

3 de Maio

Aduff lança a campanha “Eu Defendo a UFF: Balbúrdia é Governar Contra a Educação”, na qual a comunidade acadêmica é convidada a mostrar o que faz e produz.



FEVEREIRO

MARÇO

6 de Maio

Estudantes do CPII e institutos Federais protestam na visita de Bolsonaro ao Colégio Militar. Aduff e Andes-SN participam. À noite, assembleia comunitária na UFF reafirma a unidade para enfrentar os cortes e a retirada de direitos.

8 de Maio

Diferentes gerações da UFF marcham pelas ruas de Niterói no ato "Eu Defendo a UFF", um dos maiores da história da cidade. Houve atos nos municípios onde a UFF tem campi.

15 de Maio

Multidões pelo país defendem a educação e rejeitam a PEC da Previdência, nos maiores atos desde Junho de 2013. UFF para e se mobiliza em Niterói, Campos, Friburgo, Rio das Ostras, Macaé, Angra, Pádua e Volta Redonda. Em Niterói, campanha "Eu Defendo a UFF" vai à praça.

30 de Maio

Nova grande manifestação da educação pública ocupa as ruas de todo o Brasil: "Não vai ter corte, vai ter luta".

14 de Junho

Greve Geral contra a "reforma" da Previdência e em defesa da educação pública e da revogação dos cortes no setor. Aduff e Andes participam ativamente da construção da greve.

26 de Junho

Aduff lança campanha em solidariedade aos trabalhadores terceirizados da UFF, com salários atrasados e ameaça de demissão. Alimentos são arrecadados.

17 de Junho

Lançamento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas na Uerj, no Rio.

19 de Julho

A direção da Aduff leva ao reitor da UFF a preocupação com o "Future-se" e defende a realização de assembleia comunitária.

1 e 5 de Agosto

Aduff promove o seminário "Future-se: por que o projeto do governo ameaça a universidade pública no Brasil".

6 de Agosto

Mobilizações em aeroportos, panfletagens e atos no Rio e outras cidades contra a "reforma" da Previdência, aprovada naquela noite, em 2º turno na Câmara.

13 de Agosto

Greve Nacional da Educação com protestos em todo o país. Houve ato no Rio e manifestação em Niterói em homenagem à memória de Fernando Santa Cruz.

21 de Agosto

Assembleia Comunitária com grande participação rejeita o Future-se.

29 de Agosto

Aula Magna do Serviço Social na UFF em Campos teve apoio da Aduff "Conjuntura das Instituições Federais de Ensino Superior e Formação Profissional".

30 de Agosto

Aduff realiza em Rio das Ostras "Os ataques à Universidade Pública: debate sobre o Future-se". "Future-se e a Universidade" foi o tema da aula inaugural do Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR/UFF, que contou com o apoio da Aduff.

4 de Setembro

Aduff e demais entidades defendem no CUV a rejeição ao Future-se, aprovada por unanimidade na sessão com a presença de mais de 400 docentes, técnicos e estudantes.

5 de Setembro

No Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, docente-conselheiro e diretor da Aduff alerta para riscos do projeto "professor voluntário", que foi retirado de pauta.

7 de Setembro

Aduff participa dos atos do Grito dos Excluídos em Niterói e no Rio: defesa dos direitos sociais, da educação e da Amazônia.

12 e 19 de Setembro

"Nenhuma Ilha de Liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na UFF": debate do CA de História, com Aduff, outros CAs, Instituto de História e ICHF, inaugura placa em homenagem aos mortos pela ditadura na UFF.



NOVEMBRO

2 e 3 de Outubro

Comunidade acadêmica para na Greve Nacional de 48h da Educação, participa dos atos locais e do unificado no Rio e faz debate na Cantareira e "UFF na Praça", em Niterói. No bairro de Ururai, é realizada a atividade UFF em Campos Faz

23 de Outubro

Aduff lança a campanha audiovisual "A verdade sobre a UFF" que, com 50 vídeos, apresentará cada unidade da instituição e combaterá as notícias falsas sobre a universidade.

25 de Novembro

"América Latina – Ataques e Resistências": debate promovido pela Aduff na UFF, no Gragoatá.

27 de Novembro

"UFF nas Escolas" vai ao Colégio Guilherme Brigs: Iniciativa da Faculdade de Educação com o apoio da Aduff.

28 de Novembro

No mês da Consciência Negra, a Aduff faz o debate "Cotas para Negros em Concursos para Docentes: Quem Aplica a Lei?" e lança cartilha do Andes-SN sobre racismo.

18 de Setembro

Dia de Defesa da UFF: ato no DCE Fernando Santa Cruz, que teve princípio de incêndio com suspeita de ação criminosa, defende as liberdades democráticas.

16 de Setembro

Aduff destaca importância da decisão do TRF, que após mais de dois anos de luta política e jurídica, devolve à UFF a posse do Morro do Gragoatá.

23 de Setembro

Contra a censura que o MEC e a Reitoria tentaram impor, a Aduff participa do ato #Moro-Mente, organizado pela Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia, na Faculdade de Direito da UFF.

6 a 8 de Dezembro

Aduff recebe, em Rio das Ostras, o Seminário Nacional Sobre o Direito à Cidade, do Andes-SN.

10 de Dezembro

Em reunião com a Aduff, o reitor Antônio Cláudio recebe uma comissão e se compromete a instituir Grupo de Trabalho para tratar da metodologia para cumprir a lei da reserva de 20% de vagas para negros nos concursos.

12 de Dezembro

Assembleia centralizada da Aduff define delegação para o 39º Congresso do Andes-SN.

25 de Dezembro

Andes-SN divulga nota de repúdio e defende a derrubada da MP 914, que interfere na escolha de reitores.

OUTUBRO

SETEMBRO

DEZEMBRO

AGOSTO



Aplicação da lei de cotas para negros em concursos na UFF terá Grupo de Trabalho

Em reunião solicitada pela Aduff, reitor se compromete a instituir Grupo de Trabalho para tratar do cumprimento da Lei nº 12.990 e ratificar "característica inclusiva e plural" da UFF



Reunião com o reitor da UFF, ocorrida em dezembro de 2019

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

A reitoria da Universidade Federal Fluminense comprometeu-se a constituir, por meio de portaria, um Grupo de Trabalho interdisciplinar – com o objetivo de discutir uma metodologia que permita, com eficácia, o cumprimento da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Tal legislação

garante reserva de 20% das vagas para candidatos negros em concursos públicos no âmbito da administração pública federal, quando o número em ofertas for igual ou superior a três vagas.

O assunto esteve em debate, no dia 10 de dezembro, no gabinete. Além dele, participaram da reunião os professores Ana Cláudia Cruz da Sil-

va (Antropologia e diretora da Aduff), Flávia Rios (Sociologia), Fernando de Sá Moreira (Educação), Abrahão de Oliveira Santos (Psicologia), Rita Paixão (chefe de gabinete da Reitoria) e Denise Rosa (Pró-Reitora de Gestão de Pessoas – Progepe).

A reunião foi solicitada pela Aduff para reivindicar que a referida lei seja plenamente cum-

prida pela UFF. A iniciativa coloca em prática uma resolução do 38º Congresso do Andes-SN (Belém, 2019), de lutar pelas ações afirmativas para docentes, servidores técnico-administrativos e discentes. “É uma forma de contribuir também para a sua tarefa histórica de buscar o fim das desigualdades, como a racial”, explicou Ana Cláudia Silva, dire-

tora da Aduff. “É também uma forma de contribuir para uma universidade que valorize a diversidade, entendendo-a como necessária para o aumento de sua qualidade e de sua importância para a sociedade”, complementa a diretora.

Houve consenso quanto à criação de um Grupo de Trabalho que deve debater estratégias que garantam que os termos da referida lei estejam mais bem adequados nos próximos editais, inclusive visando o próximo concurso da UFF, previsto para os primeiros meses de 2020.

A expectativa dos presentes é que, com o avanço do trabalho e aplicabilidade do que determina a lei, a UFF se destaque – em comparação às universidades federais do Rio de Janeiro – no que diz respeito à política de ações afirmativas no estado, com ganhos para a representatividade e enfrentamento ao racismo no ambiente acadêmico.

De acordo com o reitor Antonio Claudio da Nóbrega, a medida é importante por reforçar a identidade plural e a representação de todos os segmentos da sociedade na instituição. “Não se resume ao cumprimento da lei, mas principalmente ratificar nossas características, com a UFF inclusiva e plural”, disse, lembrando que no que diz respeito ao concurso para servidores técnico-administrativos, a legislação vigente está devidamente contemplada.

Fotos: Luiz Fernando Nabuco

ADUFFZAP

21 97276-2018

Docentes da UFF podem se cadastrar no serviço, enviando mensagem para o número (21) 97276-2018. Por meio de listas de transmissão, o docente receberá boletins semanais com informações de interesse da categoria, o que inclui comunicados de atividades e sobre ações jurídicas.

Plantão Jurídico: Primeiro plantão dia 10 de janeiro. Sempre às sextas, das 9h às 13h, por ordem de chegada à sede.



App Aduff

Aduff possui aplicativo gratuito próprio, desenvolvido especialmente para a seção sindical dos docentes da UFF. O serviço está em funcionamento e tem acompanhamento da carreira docente, notícias, comunicados, agenda e calendários acadêmicos e chat para falar com a seção sindical.



CARTILHA - A Aduff-SSind imprimiu 1.500 exemplares da cartilha de combate ao racismo, produzida pelo Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Etnorraciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEDS) do Andes-SN. O material também aborda as políticas de cotas nas universidades públicas. A cartilha foi lançada em Niterói no debate promovido na Faculdade de Direito, em novembro, Mês da Consciência Negra.

Associação dos Docentes da UFF

ADUFF
SSind

Seção Sindical do Andes-SN
Filial à CSP/Conlutas

Edição concluída em 7 de janeiro de 2020

Biênio 2018/2020

Gestão: ADUFF Autônoma,
Democrática e de Luta

Presidente: Marina Cavalcanti Tedesco • **1º Vice-Presidente:** Waldyr Lins de Castro • **2º Vice-Presidente:** Carlos Augusto Aguiar Junior • **Secretária-Geral:** Adriana Machado Penna • **1º Secretário:** Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso • **1º Tesoureiro:** Bianca Novaes de Mello • **2º Tesoureiro:** Edson Benigno da Motta Barros • **Diretoria de Comunicação (Tit):** Reginaldo Scheuermann Costa • **Diretoria de Comunicação (Supl):** Wilma Lucia Rodrigues Pessôa • **Diretoria Política Sindical (Tit):** Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa • **Diretoria Política Sindical (Supl):** Claudio Fernandes da Costa • **Diretoria Cultural (Tit):** Jairo Paes Selles • **Diretoria Cultural (Supl):** Ana Claudia Cruz da Silva • **Diretoria Acadêmica (Tit):** Douglas Guimarães Leite • **Diretoria Acadêmica (Supl):** Jacira Maria Machado de Oliveira

Editor
Hélcio L. Filho

Jornalistas
Aline Pereira
Lara Abib

Revisão:
Renake das Neves

Projeto gráfico e diagramação
Gilson Castro

Imprensa
imprensa.aduff@gmail.com

Secretaria
aduff@aduff.org.br

Sítio eletrônico
www.aduff.org.br

Facebook
facebook.com/aduff.ssind

Twitter
twitter.com/aduff_ssind

Impressão
Gráfica O Globo - 10 mil exemplares

Rua Professor Lara Vilela, 110 - São Domingos - Niterói - RJ - CEP 24.210-590 Telefone: (21) 3617.8200

Aduff promove debate sobre cotas para negros

Pesquisa exposta no debate mostra que falta muito para que a lei seja aplicada corretamente e promova a representatividade necessária para enfrentar o racismo no ambiente acadêmico

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Com o debate "Cotas para negros em concursos para docentes de instituições de ensino federais: quem aplica a lei?", a Aduff-SSind buscou contribuir com essa luta na Universidade Federal Fluminense.

Os palestrantes foram os professores Luiz Mello (UFG) e Caroline de Araújo Lima (Andes/Uneb), tendo ainda a participação da docente Flavia Rios (UFF), com mediação da professora Ana Claudia Cruz da Silva, diretora da seção sindical dos docentes da UFF.

Interpretação da lei

Inicialmente, o sociólogo Luiz Mello (UFG) apresentou dados da pesquisa sobre as ações afirmativas para negros e negras em concursos públicos para docentes em Universidades e em Institutos Federais - tendo como referência as leis nº 12.711 (2012); nº 12.990 (2014); e o Decreto nº 9.427 (2018). Chamou atenção para o tempo de vigência das duas primeiras legislações e verificou que ainda há muito a se fazer para garantir o cumprimento da lei de forma ampla, capaz de promover a representatividade para enfrentar o racismo no ambiente acadêmico.

"Cheguei a essa pesquisa porque ocupei um cargo de gestão na Universidade Fede-

ral de Goiás e acompanhei a implementação da lei de cotas para os estudantes de graduação a partir de 2012 e 2013. Observei que a chegada desses estudantes negros à universidade colocavam alguns desafios inerentes a essa própria política de reserva de vagas para cursos de graduação, mas, ao mesmo tempo, esses estudantes chegavam e não encontravam docentes negros que os representassem ou com os quais se identificassem e construíssem uma relação que os ajudassem a enfrentar o racismo nas instituições ou em suas vidas de maneira geral", disse. "Foi um momento diferente na minha trajetória, pois não sou pesquisador de questões raciais e de ações afirmativas. Comecei a me aproximar desse debate de 2017 para cá e sei qual é o meu lugar de homem branco nesse contexto e nesse debate, mas sei também que estive em um lugar que me permitiu observar algumas coisas", disse.

Pesquisa

Luiz Mello mapeou editais e concursos públicos de 63 universidades e 38 institutos federais das cinco regiões do país, considerando o período de 9 de junho de 2014 (data de promulgação da Lei 12.990, que reserva 20% para candidatos negros) a 31 de dezembro de 2018. Verificou que em 4,5 anos houve 18.175 vagas divulgadas por

edital das universidades, sendo 16.698 delas para ampla concorrência. Destas, apenas 968 (5,8%) foram destinadas à reserva de vagas.

No caso dos institutos federais, a média nacional é de 12% de vagas reservadas para candidatos negros, evidenciando que a forma de organizar o concurso, mesmo interpretando a lei de forma restritiva, como alerta o palestrante, é o que garante melhor índice do que no caso das universidades. "Esses dados estão sujeitos a pequenos erros, mas é muito improvável que eu tenha errado no levantamento de todas as vagas", salientou.

Citou as quatro universidades federais do Rio de Janeiro - UniRio, UFRRJ, UFF e UFRJ - e os dois institutos federais. A UFF realizou concurso para 551 vagas no período de 4,5 anos e apenas cinco foram reservadas para candidatos negros. No levantamento apresentado por Luiz Mello, a UniRio ofertou vagas para 82 docentes e não reservou nenhuma para candidatos negros; UFRJ fez concurso para 629 vagas e reservou 14; a UFRRJ selecionou 194 candidatos e nenhuma vaga foi reservada nos termos da lei.

"Falo em reserva de vagas em editais e não em preenchimento de vaga. Pode ser que por alguma razão não tenha aparecido candidato para aquela vaga, que o candidato

negro tenha sido reprovado ou que o candidato negro tenha sido rejeitado pela comissão de verificação obrigatória em concursos públicos", disse.

Isso porque a maioria das universidades ainda interpreta a seleção para cada área como um concurso com edital específico. De acordo com o palestrante, tal entendimento viola a lei, dificulta a sua implantação e deve ser combatido, explicou, revelando que a Universidade Federal de Goiás dedicou-se a compreender a legislação. "Tem que reunir as vagas num único edital e realizar sorteio prévio, em audiência pública, antes da divulgação do edital, sinalizando em quais áreas será feita a reserva de vagas. Se não aparecer o candidato negro ou se ele não for aprovado, a vaga vai para ampla concorrência", disse, afirmando que a UFG fez isso em 2019. "Em 4,5 anos fizemos concursos para 428 vagas e apenas duas foram reservadas. Temos déficit, portanto, de 86 vagas na UFG. Unimos os grupos de ativismo e de produção acadêmica, juntamos os dados dessa pesquisa, produzimos um documento e entregamos à Reitoria, que mudou a sua forma de interpretar a lei. Em 2019, no total de 59 vagas oferecidas, 12 foram reservadas para candidatos negros. Em um edital reservamos mais vagas do que em 4,5 anos de lei", revelou. "O

déficit é de mais de três mil vagas. Isso se chama reparação e é preciso sempre refletir sobre esse tema", considerou Luiz Mello.

Racismo estruturante no Brasil

Docente da Uneb e diretora do Andes-SN, Caroline Araujo apresentou e justificou a publicação dos materiais elaborados pelo Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Etnorraciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEDS) do Andes-SN. Disse que a esquerda demorou demais a pautar o debate antirracista, antilgbtfóbico e antimachista.

Reafirmou a necessidade de debater o tema no âmbito acadêmico, partindo da certeza de que o racismo é condição estruturante da sociedade brasileira. "O projeto eugenista e colonizador deu certo neste país", criticou.

Caroline de Araújo Lima reafirmou a necessidade de se pensar as políticas públicas que estão em curso como conquistas históricas, a exemplo da Lei 12.990. "Não podemos perder o pouco que conquistamos", considerou.

Disse ainda que a ausência de docentes negros nas universidades e institutos federais tem impacto direto no currículo acadêmico, na bibliografia dos cursos, cujos autores são, na maioria das vezes, de perfil eurocêntrico. Defendeu a importância de se apresentar autores como Leila González e Milton Santos, por exemplo; a trajetória e o legado deles. "Ainda que demore, precisamos ter disciplinas que abordem questões étnico-raciais em todos os cursos", defendeu. O debate e as ações contra o racismo, disse, são urgentes. "Combater as opressões é tarefa de um sindicato classista, como o Andes", afirmou ao convidar a leitura da cartilha elaborada pelo sindicato nacional e disponível também no formato digital nas páginas do Andes-SN e da Aduff na internet.



O debate ocorreu no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFF, em Niterói, no dia 28 de novembro, e teve transmissão ao vivo, disponível na página da Aduff no Facebook

Notas da Aduff

Orçamento de 2020: salários de servidores reduzidos e maior fatia para juros e bancos

A ameaça de redução salarial contra os servidores públicos federais ganhou força, em Brasília, com a decisão da maioria dos deputados e senadores de votar a Lei Orçamentária Anual de 2020 já com essa previsão. O parecer aprovado, do deputado federal Domingos Neto (PSD-CE), retira R\$ 6 bilhões da folha salarial do funcionalismo e redireciona para outras áreas. O orçamento considera a aplicação da chamada PEC Emergencial (PEC 186/2019), enviada em novembro ao Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro e que pode levar à redução de salários e jornadas de servidores em até 25%.

Orçamento II

A medida, caso efetivada, atingirá servidores que já recebem salários sem atualização das perdas inflacionárias dos últimos anos. Além disso, na esfera federal, boa parte terá contracheques mais magros, a partir de março, com as novas alíquotas previdenciárias instituídas pela a Emenda Constitucional 103, a "reforma" da Previdência.

Orçamento III

A PEC Emergencial teve o seu relatório lido em 10 de dezembro, mas só entra em discussão em fevereiro, após o recesso legislativo. É o tempo que há, portanto, para tentar detê-la. Como enfrentar os ataques do governo Bolso-

naro e dos governadores que aplicam projetos similares deverá ser um dos pontos centrais do 39º Congresso do Andes-SN em fevereiro, em São Paulo.

Orçamento IV

O corte de R\$ 6 bilhões na folha salarial do funcionalismo poderá pesar muito no contracheque dos servidores e terá impacto político enorme. Mas é um valor ínfimo se comparado com as despesas previstas para pagar juros e supostas amortizações das dívidas públicas a credores dos títulos da União, majoritariamente formados por bancos: R\$ 1,9 trilhão ou 50,7 % do orçamento, maior volume já destinado a essa finalidade na história do país, segundo dados do Senado.



Contra a intolerância

A intolerância religiosa e a discriminação racial foram denunciadas e repudiadas no fim de 2019 com ato e missa de desagravo na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na Glória, no Rio. No dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, um grupo de

católicos ultraconservadores de direita tentou impedir que um ato religioso com referências à cultura afro-brasileira acontecesse na igreja. A atividade é realizada há mais de dez anos para marcar a data nacional de combate ao racismo.



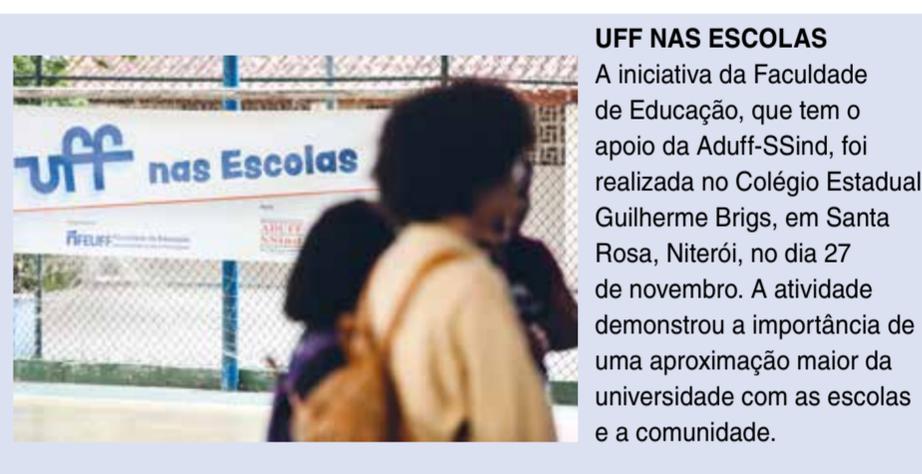
Fotos: Luiz Fernando Nabuco



Direito à Cidade

A Aduff recebeu, em Rio das Ostras (RJ), o Seminário Nacional Sobre Direito à Cidade, realizado pelo Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), de 6 a 8 de dezem-

bro. Foram debatidos temas como a situação da classe trabalhadora e as cidades, as periferias e favelas e o acesso dos estudantes destas áreas à universidade.



UFF NAS ESCOLAS

A iniciativa da Faculdade de Educação, que tem o apoio da Aduff-SSind, foi realizada no Colégio Estadual Guilherme Brigs, em Santa Rosa, Niterói, no dia 27 de novembro. A atividade demonstrou a importância de uma aproximação maior da universidade com as escolas e a comunidade.

Escola Sem Mordça

A Frente Nacional Escola Sem Mordça recebeu moção de louvor e reconhecimento pela contribuição às ações contra a censura nas instituições de ensino. A celebração na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi organizada pelo Mandato Coletivo Tarcísio Motta. "Homenagens como

esta refletem a importância de continuarmos lutando por uma educação livre de censura e, acima de tudo, que os professores e professoras sejam respeitados", disse, ao Andes-SN, a docente Elizabeth Barbosa, da Regional Rio do Sindicato Nacional e da direção da Aduff.

Referência na produção de alimentos agroecológicos, assentamento em Macaé está sob ameaça de despejo

Primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no Rio, assentamento Osvaldo de Oliveira produz para programa de alimentação escolar; professora da UFF em Campos ressalta que democratizar acesso à terra é garantir um direito fundamental

Lara Abib
Da Redação da Aduff

“**N**ão produzimos pouco não, produzimos muito. Estamos na feira mostrando ao juiz que tudo que a gente tem nessa banca aqui, feijão, abóbora, aipim, maxixe, banana, a gente produz coletivamente, de forma agroecológica”, afirma Georgina Leopoldina da Silva, 57 anos, que participou da 11ª edição da Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes, realizada entre 9 e 11 de dezembro, no Largo da Carioca, Centro do Rio. Dona Georgina é moradora e produtora do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, em Macaé, assentamento ameaçado de despejo por uma decisão da 8ª turma especializada do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, que, por dois votos a um, decidiu a favor da reintegração de posse do local, ignorando as cerca de 60 famílias que lá residem e produzem.

A decisão argumenta que o terreno não apresentaria características produtivas e prevê a utilização de força policial, caso os assentados não saiam voluntariamente. Para as famílias assentadas no Osvaldo de Oliveira, o juiz leu apenas o laudo da ex-proprietária, a empresa Rádio Difusora, e ignorou os laudos técnicos acumulados e elaborados sobre o caso pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Eles prometem resistir e recorrer da decisão.

Muitos estão no território desde 2010, quando ocuparam a Fazenda Bom Jardim, latifúndio improdutivo e com várias denúncias de crimes ambientais – à época propriedade da Rádio Difusora, empresa pertencente a Barbosa Lemos (ex-deputado estadual e ex-prefeito de São Francisco de Itabapoana-RJ). Depois de muita luta e despejos violentos, em 2014, o



Feira Estadual da reforma Agrária, no Largo da Carioca

Osvaldo de Oliveira se tornou o primeiro assentamento na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro, com produção agroecológica sem utilização de agrotóxicos ou queimadas e com recomposição do meio ambiente.

Os alimentos produzidos são vendidos a preços populares, semanalmente, em diferentes locais – inclusive em feirinhas na UFF de Rio das Ostras e Macaé. Além das feiras, o assentamento também entrega semanalmente cerca de uma tonelada de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de Macaé, que abastece mais de 30 escolas com produtos para a merenda escolar. “Isso, ameaçados de despejo e com pouquíssima ajuda. Este ano, colhemos 3,6 mil quilos de feijão manualmente. Fizemos vaqui-

na para pagar um tratorista para arar a terra, porque o trator da prefeitura só chegou em junho, depois da época do plantio”, frisa dona Georgina, que afirma que “continuará na luta”, produzindo alimentos saudáveis, e pelo direito à terra e à moradia.

Feira da Reforma Agrária Cícero Guedes

De acordo com o MST, durante os três dias de evento, foram comercializadas mais de 150 toneladas de alimentos, *in natura* e industrializados, com variedades de produtos vindos da agricultura familiar camponesa dos assentamentos da Reforma Agrária e da Economia Solidária. Para Luana Carvalho, da direção estadual do movimento, a feira tem papel fundamental no diálogo com a população e dá visibilidade à luta pela reforma agrária. “Num estado como o Rio de

Janeiro, que é absolutamente urbanizado, com quase 98% da população morando nas cidades, você trazer uma feira dessa dimensão para o Centro do Rio e mostrar o que é a reforma agrária, mostrar a produção de alimentos saudáveis com preço justo e sem agrotóxicos, isso é muito importante, especialmente neste contexto de grandes retrocessos, de criminalização e de uma grande ofensiva contra a luta pela terra”, afirma a dirigente.

Justiça para Cícero Guedes!

A Feira Estadual da Reforma Agrária foi batizada com o nome “Cícero Guedes” em 2013, em homenagem ao agricultor e militante do MST assassinado por pistoleiros no dia 25 de janeiro daquele ano, em Campos dos Goytacazes (RJ), nos arredores da Usina Cambahyba (conhecida por ter sido local de incineração de corpos de presos políticos, durante a ditadura empresarial militar, no Brasil). Desde 1998, as fazendas da Usina foram consideradas improdutivas e passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária pelo Incra, porém mais de 20 anos depois, só uma do complexo de sete fazendas de Cambahyba foi desapropriada.

Além de uma grande liderança na luta pela reforma agrária e um importante colaborador de vários projetos da UFF e da UENF, Cícero era considerado uma referência em conhecimento agroecológico, por conta das técnicas agrícolas sustentáveis que utilizava no seu lote Brava Gente, no Assentamento Zumbi dos Palmares – o maior do estado do Rio de Janeiro, com cerca de 508 famílias assentadas. Seis anos após o assassinato, ninguém foi condenado pelo crime. Em 7 de novembro deste ano, o Tribunal do Júri em Campos dos Goytacazes absolveu, por maioria, José Renato Gomes de Abreu, acusado de ser o mandante do

homicídio.

Em nota, o MST-RJ lamentou e manifestou indignação com a decisão. “Esse resultado reforça o quanto trabalhadores e trabalhadoras rurais não conseguem ter o reconhecimento de seus direitos diante do sistema de justiça brasileiro, marcado pela oligarquia rural e empresarial, em um sistema baseado em dois pesos e duas medidas, mantendo as cercas desse poder inacessível à classe trabalhadora”, destaca o movimento.

Amiga de Cícero, a professora Ana Costa, do curso de Serviço Social da UFF de Campos dos Goytacazes, também lamenta o desfecho do caso, mas destaca o legado que Cícero deixou e a mobilização construída na cidade nos dias anteriores ao julgamento. “Uma das nossas maiores preocupações era de manter viva a memória do Cícero, enquanto um grande lutador pela reforma agrária e pelos direitos sociais, que não houvesse difamações durante o julgamento, e isso conseguimos. Foi muito bonita a mobilização que fizemos para debater a questão da terra no Brasil e falar das lutadoras e lutadores sociais do campo e da cidade. Nesses tempos sombrios, a defesa do pensamento crítico e do papel social da universidade e de nossas pesquisas é muito importante. Aqui na região do Norte Fluminense, por exemplo, não tem desapropriação para a reforma agrária há dez anos, com novos assentamentos. No entanto, é crescente a apropriação de terra pelo capital financeiro e as desapropriações pelo estado para os megaempreendimentos, como os 70 km² de terras retirados de famílias camponesas no Açú e repassados ao capital estrangeiro. Nossas pesquisas mostram o grande domínio da terra pelos setores privados aqui no estado do Rio de Janeiro”, ressalta a docente, que considera a democratização do acesso à terra a garantia de um direito fundamental.

Congresso do Andes-SN terá o desafio de preparar luta contra o desmonte da universidade pública

Última assembleia de 2019 elegeu a delegação da Aduff que vai ao 39º Congresso, primeiro após o governo Bolsonaro pautar o projeto Future-se

Lara Abib
Da Redação da Aduff

Reunidos na última assembleia de 2019, os docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF) elegeram a delegação da Aduff para o 39º Congresso do Andes-SN, principal instância de deliberação da categoria, onde será debatido e aprovado o plano de lutas do Sindicato Nacional para o ano de 2020.

O Congresso acontecerá em São Paulo (SP), entre os dias 4 e 8 de fevereiro, e enfrentará os desafios da conjuntura para o próximo período. Trata-se do primeiro Congresso após a apresentação, pelo governo de Jair Bolsonaro, do projeto Future-se, que ameaça as universidades públicas federais. Entre muitos debates, o congresso discutirá a avaliação do “estado de greve” indicado pelo Setor das Instituições Federais do Andes-SN.

De acordo com a deliberação da assembleia, realizada no dia 12 de dezembro, a Aduff-SSind levará ao evento 12 delegados (uma indicada pela seção sindical e 11 delegados de base). Vinte docentes se habilitaram como observadores. A participação no seminário – que irá debater no congresso as teses contidas nos Cadernos de Textos (principal e anexo) – é condição obrigatória para referendar os nomes dos delegados escolhidos na assembleia e dos docentes que se colocaram como observadores. Desta forma, o número efetivo da delegação dependerá da presença no seminário.



Assembleia docente que escolheu a delegação da Aduff ao Congresso do Andes-SN

Seminário preparatório e deliberação dos posicionamentos da delegação

De acordo com o que foi definido na assembleia, o seminário deverá acontecer em dois dias, entre as 9h e as 17h, na sede da Aduff-SSind, aberto a todos os docentes filiados interessados na discussão. A data ainda não foi

definida, mas a deliberação da assembleia é que tanto o seminário quanto a assembleia para deliberar os posicionamentos da delegação da Aduff-SSind ao 39º Congresso aconteçam na semana que se inicia no dia 27 de janeiro. Após a realização do seminário, os posicionamentos que a delegação da Aduff-SSind levará ao 39º Congresso serão votados em assembleia geral centraliza-

da, conforme deliberação da última assembleia do ano.

Assembleia debaterá construção de “estado de greve”

A assembleia do dia 12 de dezembro também deliberou pela realização de uma assembleia geral para debater sobre a indicação tomada na reunião conjunta dos setores das federais, estaduais e mu-

nicipais do Andes-SN, no dia 4 de dezembro, em Brasília, de que o Sindicato Nacional entraria em estado de greve a partir do início do semestre letivo de 2020.

Como “estado de greve” entenda-se uma condição de avaliação e de atenção permanente da categoria à conjuntura, que pode redundar em decisão sobre greve efetiva da educação ou dos servidores federais no próximo ano.

Future-se já foi rejeitado por conselhos de pelo menos 30 universidades



Assembleia comunitária na UFF, em agosto

De acordo com o último levantamento do Andes-SN, cerca de 30 universidades federais – incluindo a UFF – já rejeitaram o Future-se em seus Conselhos Universitários. O MEC abriu, no dia 3 de janeiro, mais uma consulta pública sobre a nova versão da proposta (Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores).

Nos meses que antecederam a decisão na Universidade Federal Fluminense, foram realizados debates, rodas de conversas e uma assembleia comunitária na Universidade que pautou que o posicionamento contrário fosse levado ao CUV e deliberado no Conselho, o que aconteceu por votação unânime, no dia 4 de setembro.

A análise do projeto do governo para as universidades e a campanha nacional de mobilização para detê-lo será um dos pontos centrais em debate no Congresso do Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior).